

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.811 - MA (2019/0096923-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : SILVANA MARIA MOURA DA SILVA**  
**AGRAVADO : RAIMUNDO MENDONÇA BRAGA FILHO**  
**ADVOGADO : LUCIANA CARVALHO MARQUES E OUTRO(S) -**  
**MA007277**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pela **União** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 173):

*PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - TRIBUTÁRIO - ILHA COSTEIRA - SÃO LUÍS/MA EC 46/2005 - DEMARCAÇÃO - NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL, SOB PENA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - PROPRIEDADE PARTICULAR - INEXIGIBILIDADE DA COBRANÇA DE TAXA DE OCUPAÇÃO E LAUDÊMIO.*

*1. A Emenda Constitucional nº 46/2005 excluiu, do escopo dos bens da União, as ilhas que contenham sede de Municípios, com exceção das áreas afetadas ao serviço público ou a unidade ambiental federal e, também, as áreas que já se encontravam incorporadas aos domínios dos Estados, dos Municípios e dos particulares (arts. 20, IV e 26, II, CF).*

*2. Os imóveis situados na ilha de São Luis/MA, por se localizarem, notoriamente, em sede de Município, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 46 não mais pertencem à União.*

*3. A demarcação de linha preamar média de 1831, na Ilha de São Luis/MA, feita pela União, sem a notificação pessoal dos interessados, caracteriza afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa (AG 0074617-77.2011.4.01.0000 / MA, Rel. Desembargador Federal LUCIANO TOLENTINO AMARAL, Sétima Turma, e-DJF1 p.394 de 09/03/2012).*

*4. Inobservância, pela Administração Pública, nos procedimentos de exigência de taxa de ocupação e laudêmio de contribuintes com imóveis registrados em cartório, dos princípios do contraditório, da ampla defesa, da propriedade e da publicidade.*

*5. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, às quais se nega provimento.*

# Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1022 do CPC/2015.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 1022, II, do CPC/2015, 11, § 1º, da Lei n.º 9.868/99 e 11 do Decreto-Lei n.º 9.760/96.

Sustenta tese de negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou acerca da tese de que *"o julgamento até agora proferido na ADI 4.264-PE, que reputou inconstitucional a norma do artigo 11 do Decreto-Lei n. 9.760/46, possui apenas eficácia ex nunc, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei n. 9.868/99, motivo pelo qual a medida cautelar concedida na referida ADI somente produziria efeitos a partir da data de publicação da ata de julgamento (DJU 28.03.2011), ficando assim preservadas as demarcações já realizadas e homologadas antes dessa data (28.03.2011)"* (fl. 210).

No mérito, afirma que *"a medida cautelar concedida na ADI 4264-PE só produz efeitos a partir da data de publicação da Ata de julgamento (sessão 16/03/2011, publicada no DJe de 27/03/2011), ficando assim preservadas as demarcações já realizadas e homologadas antes dessa data (27/03/2011), dentre as quais se enquadra aquela que trata o presente feito, ocorrida em 22.03.2010 (fl. 94)"* (fl. 211).

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A insurgência merece prosperar.

Com razão a parte recorrente no tocante à tese de negativa de prestação jurisdicional.

A parte agravante, nas razões dos embargos de declaração e do recurso especial, alegou que a decisão proferida no julgamento da ADI 4.264-PE possui eficácia *ex nunc*, *"ficando assim preservadas as demarcações já realizadas e homologadas antes dessa data (28.03.2011)"*.

Contudo, o Tribunal de origem ficou silente sobre tais argumentos, rejeitando os pertinentes aclaratórios do ora agravante, em franca violação ao art. 1022 do CPC/2015, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

A propósito, confira-se o seguinte precedente:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. OCORRÊNCIA.*

*1. Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil quando o Tribunal de origem deixa de se pronunciar acerca de matéria veiculada pela parte e sobre a qual era necessária a manifestação expressa.*

*2. Determinação de retorno dos autos para que se profira nova decisão nos Embargos de Declaração.*

*3. Agravo Regimental não provido.*

**(AgRg no AgRg no REsp 1.235.272/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2011, DJe 11/05/2011)**

**ANTE O EXPOSTO**, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, por violação do art. 1022 do CPC/2015. Por conseguinte, determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos aludidos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator